

STJ00113812

HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE PINHO

MANUAL DE DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL
CONTEMPORÂNEO

4ª edição

2022

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Fávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos	Fernando Pentado
Novos projetos	Alaine Darcy Flôr de Souza Dailia Costa de Oliveira
Gerência editorial	Isabella Sánchez de Souza
Edição	Estevão Bula Gonçalves
Produção editorial	Daniela Debora de Souza (coord.) Cintia Aparecida dos Santos Carolina Mihoko Massanhi
Arte e digital	Mônica Landl (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Emilly Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto Klariene Andrielly Giraldi
Diagramação	Lais Soriano
Revisão	Magda Carlos
Capa	Aero Comunicação
Produção gráfica	Marti Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
WAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

P654m Pinho, Humberto Dalla Bernardina de
Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo /
Humberto Dalla Bernardina de Pinho. – 4. ed. – São Paulo :
SaraivaJur, 2022.
1560 p.

ISBN 978-65-5559-649-6 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Processual Civil. 2. Processo Civil. 3. CPC. 4. Código de Processo Civil. 5. Jurisdição. 6. Acesso à Justiça. 7. Duplo grau de jurisdição. 8. Órgãos do Poder Judiciário. 9. Uti-consoecio. 10. Intervenção de terceiros. 11. Denúnciação da lide. 12. Processo. 13. Honorários advocatícios. 14. Processo eletrônico. 15. Atos processuais. I. Título.

CDD 341.46
2021-3570 CDU 347.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Processual Civil 341.46
2. Direito Processual Civil 347.9

Data de fechamento da edição: 27-10-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL [607421] CAE [781902]

Sumário

<i>Prefácio</i>	35
<i>Apresentação</i>	37
<i>Primeiras palavras</i>	39
PARTE I – A TEORIA GERAL DO PROCESSO E A PARTE GERAL DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	41
===== CAPÍTULO 1	
Direito processual: conceito, natureza e acesso à Justiça	43
1.1 Considerações introdutórias	43
1.2 As formas clássicas de composição de litígios	44
1.2.1 Autodefesa (ou autotutela)	44
1.2.2 Autocomposição	46
1.2.3 Heterocomposição e juízo arbitral	46
1.2.4 Jurisdição/processo estatal	47
1.3 As formas contemporâneas de resolução de conflitos	47
1.3.1 Negociação	47
1.3.2 Conciliação e mediação	50
1.3.3 Arbitragem	51
1.4 Correntes unitarista e dualista da ciência processual	52
1.5 Movimentos de acesso à Justiça	53
1.5.1 O acesso à Justiça como aspecto do Estado de direito	53
1.5.2 A problematização da insuficiência do acesso à Justiça	54
1.5.3 O conteúdo do princípio do acesso à Justiça	56
1.5.4 O acesso à Justiça digital	60
===== CAPÍTULO 2	
Fontes do direito processual civil brasileiro	67

CAPÍTULO 3

Evolução histórica	73
3.1 Considerações gerais	73
3.2 O Direito Processual no Brasil Colônia	73
3.3 O Processo durante o Império	75
3.4 O advento da República: dos Códigos Estaduais ao CPC/1939	76
3.5 O CPC/73 e as sucessivas reformas processuais durante as décadas de 1990 e de 2000	77
3.6 O processo legislativo do Novo Código de Processo Civil	82
3.7 O marco legal dos mecanismos adequados de resolução de conflitos	84
3.8 Perspectivas para as futuras alterações na legislação processual civil brasileira	87

CAPÍTULO 4

Princípios gerais do direito processual civil	91
4.1 Generalidades	91
4.2 Os princípios em espécie	94
4.2.1 Devido processo legal	94
4.2.2 Isonomia ou igualdade entre as partes	95
4.2.3 Contraditório e ampla defesa	98
4.2.4 Juiz natural	103
4.2.5 Inafastabilidade do controle jurisdicional	104
4.2.6 Publicidade dos atos processuais	106
4.2.7 Motivação das decisões judiciais	106
4.2.8 Impulso oficial do processo	109
4.2.9 Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos	109
4.2.10 Livre convencimento motivado ou persuasão racional do juiz	110
4.2.11 Economia processual	111
4.2.12 Duração razoável do processo	111
4.2.13 Cooperação	115
4.2.14 Conciliação	118
4.2.15 Duplo grau de jurisdição	119
4.2.16 Princípio da Observância da Ordem Cronológica de Conclusão	119

CAPÍTULO 5

A norma processual: interpretação e integração – eficácia no tempo e no espaço	121
5.1 Identificação da norma processual	121
5.2 Dimensão espacial e temporal da norma processual	122
5.3 Formas de interpretação da norma processual	126
5.4 Meios de integração	128
5.5 O impacto do neoconstitucionalismo e a nova hermenêutica	128

CAPÍTULO 6

Jurisdição: função jurisdicional – distinção das outras funções do Estado	133
6.1 Tentativas doutrinárias de conceituar e sistematizar o tema	133
6.2 Evolução histórica e as teorias clássicas da jurisdição.	139
6.3 Elementos caracterizadores da jurisdição	146
6.4 Extensão e limites da jurisdição	149
6.5 Princípios da jurisdição.	152
6.6 Classificações da jurisdição.	155
6.7 A jurisdição voluntária	156
6.8 A desjudicialização	162
6.9 A jurisdição transnacional e a cooperação internacional	165
6.9.1 Noções sobre a jurisdição transnacional	165
6.9.2 A cooperação internacional e o CPC/2015	171
6.10 A jurisdição e a análise econômica do direito	174

CAPÍTULO 7

Órgãos da função jurisdicional: organização federal e estadual	177
7.1 Disciplina básica, funções e missão do Poder Judiciário.	177
7.2 Órgãos do Poder Judiciário.	180
7.3 A questão peculiar dos Juizados Especiais Cíveis	186

CAPÍTULO 8

Ação: conceito, natureza jurídica, espécies, condições para seu regular exercício e direito de defesa	193
8.1 Noção.	193
8.2 Teorias acerca da natureza jurídica da ação.	195
8.2.1 Teoria Imanentista, Civilista ou Clássica	195
8.2.2 Teoria do Direito Concreto de Ação (Teoria Concreta)	197
8.2.3 Teoria da Ação como Direito Potestativo	198
8.2.4 Teoria da Ação como Direito Abstrato	198
8.2.5 Teoria Eclética	199
8.3 Características	201
8.4 Conceito	201
8.5 Condições da ação.	202
8.5.1 Noção	202
8.5.2 Condições genéricas	202
8.5.2.1 Legitimidade das partes: é a legitimidade <i>ad causam</i>	202
8.5.2.2 Interesse processual em agir	208
8.5.2.3 A exclusão da possibilidade jurídica do pedido do rol de condições para o regular exercício do direito de ação	209
8.5.3 Condições específicas	210

8.5.4	Aferição das condições da ação	211
8.6	Elementos da ação	212
8.6.1	Partes	212
8.6.1.1	Litisconsórcio	212
8.6.1.2	Intervenção de terceiros	213
8.6.2	Causa de pedir ou <i>causa petendi</i>	214
8.6.3	Pedido	214

=====**CAPÍTULO 9**

	Competência: conceito, natureza jurídica, espécies, critérios de determinação, causas de modificação, incompetência e conflito de competência	217
9.1	Conceito e natureza jurídica	217
9.2	Princípios que regem a competência no direito brasileiro	218
9.3	Crítérios para determinação da competência	220
9.3.1	Competência internacional	220
9.3.2	Competência interna	224
9.4	Concretização da jurisdição	230
9.5	Incompetência absoluta e relativa	231
9.6	Causas de modificação da competência	233
9.6.1	Conexão	233
9.6.2	Continência	234
9.6.3	Inércia	235
9.6.4	Vontade das partes	236
9.7	Conflito de competência	237
9.8	Foros especiais	238
9.8.1	Foro do réu incapaz	238
9.8.2	Foro do guardião de incapaz	238
9.8.3	Foro do domicílio do alimentando	239
9.8.4	Foro para as ações de reparação de acidente de trânsito	240
9.8.5	Foro do domicílio do consumidor	240
9.8.6	Outras hipóteses	241
9.9	A competência nos Juizados Especiais Cíveis	243
9.10	Cooperação nacional	245

=====**CAPÍTULO 10**

	Sujeitos do processo. Partes. Litisconsórcio. Terceiros	249
10.1	Juiz: sujeito imparcial do processo	249
10.2	Demandante e demandado: sujeitos parciais do processo	250
10.2.1	Conceito	250
10.2.2	Litisconsórcio	252
10.2.3	Intervenção de terceiros	258

10.2.3.1	Assistência e demais formas de intervenção voluntária	259
10.2.3.2	Denúnciação da lide	268
10.2.3.3	Chamamento ao processo	272
10.2.3.4	O incidente de descon sideração de personalidade jurídica . .	274
10.2.3.5	O <i>amicus curiae</i>	282
10.2.3.6	Correção no polo passivo da demanda	286

=====**CAPÍTULO 11**

O advogado e o Estatuto da OAB. O defensor público	291
11.1 Princípios gerais da advocacia	291
11.2 Direitos e deveres do advogado	294
11.3 Advocacia Pública	301
11.4 Defensoria Pública	302

=====**CAPÍTULO 12**

O juiz e o Estatuto Jurídico da Magistratura	309
12.1 Disposições constitucionais	309
12.2 Poderes, deveres e responsabilidades do juiz.	312
12.3 Impedimentos e suspeições	321
12.4 Auxiliares da Justiça.	325

=====**CAPÍTULO 13**

O Ministério Público e seu Estatuto Jurídico	331
13.1 Origens e feição pré-Constituição de 1988	331
13.2 A natureza política do Ministério Público	334
13.3 O Ministério Público na Constituição de 1988	336
13.4 A participação do Ministério Público no CPC/2015	343
13.5 A polarização da atuação do Ministério Público nos direitos coletivos.	354

=====**CAPÍTULO 14**

Processo: conceito, natureza jurídica e espécies	363
14.1 Noção.	363
14.1.1 Processo, procedimento e autos	363
14.1.2 Funções atribuídas ao processo	364
14.2 Teorias sobre a natureza jurídica do processo.	365
14.2.1 Teorias privatistas	365
14.2.1.1 Teoria do processo como um contrato	365
14.2.1.2 Processo como um quase contrato	366
14.2.2 Teoria da relação jurídica processual	367
14.2.3 Teoria do processo como situação jurídica	371
14.2.4 Teoria do processo como instituição	371
14.2.5 Teoria do processo como procedimento em contraditório	372

14.2.6	Teoria do processo como categoria complexa	373
14.2.7	Teoria do processo como categoria jurídica autônoma	374
14.3	Conceito e natureza jurídica do processo	374
14.4	Classificação dos processos	375
14.4.1	Processo de conhecimento	375
14.4.2	Processo de execução	375
14.5	Classificação das sentenças	376

=====**CAPÍTULO 15**

	Aspectos econômicos e éticos do processo	379
15.1	Aspectos econômicos	379
15.1.1	Noções gerais	379
15.1.2	Despesas processuais	380
15.1.3	Honorários advocatícios	382
15.1.3.1	Origem e natureza jurídica	382
15.1.3.2	Histórico dos honorários no ordenamento jurídico brasileiro	385
15.1.3.3	Inovações do CPC/2015 em relação aos honorários de sucumbência	387
15.1.3.4	Honorários de sucumbência: capítulo autônomo da sentença	392
15.1.4	Gratuidade de justiça	393
15.1.4.1	Regras gerais	393
15.1.4.2	Procedimento para a concessão e para a impugnação de gratuidade de justiça	396
15.2	Aspectos éticos do processo	397
15.2.1	Repressão à má-fé. Responsabilidade por dano processual	397
15.2.2	A cooperação como novo parâmetro ético dos sujeitos do processo	399

=====**CAPÍTULO 16**

	Processo eletrônico	409
16.1	O processo eletrônico	410
16.2	Histórico do processo eletrônico no Brasil	410
16.3	Princípios do processo eletrônico	414
16.3.1	Princípio da igualdade	415
16.3.2	Princípio do devido processo legal	415
16.3.3	Princípios do contraditório e da ampla defesa	416
16.3.4	Princípio da publicidade	417
16.3.5	Princípio da duração razoável do processo	419
16.3.6	Princípio do acesso à Justiça	420
16.3.7	Princípio da oralidade	420
16.3.8	Princípio da instrumentalidade das formas	421

16.3.9	Princípio da lealdade processual e da boa-fé	421
16.4	A Lei do Processo Eletrônico (Lei n. 11.419/2006).	422
16.5	A Resolução n. 185/2013 do CNJ.	427
16.6	Disposições sobre processo eletrônico no CPC/2015	430
16.7	O uso dos meios eletrônicos nas ferramentas consensuais de resolução de conflitos	432

CAPÍTULO 17

	Atos processuais. Teoria geral e espécies. Nulidades	435
17.1	Considerações iniciais.	435
17.1.1	O novo paradigma do Processo Civil constitucional	435
17.1.2	Visão geral dos atos processuais	436
17.2	Espécies de atos processuais.	437
17.2.1	Atos processuais praticados pelas partes	437
17.2.1.1	Atos postulatórios	437
17.2.1.2	Atos instrutórios	438
17.2.1.3	Atos dispositivos	438
17.2.1.4	Atos reais ou materiais	439
17.2.2	Atos processuais praticados pelos juízes	439
17.2.2.1	Atos praticados pelos juízes tendo como destinatárias as partes	439
17.2.2.2	Atos praticados pelo juízo tendo como destinatário outro juízo	449
17.3	Tempo	452
17.4	Lugar	453
17.5	Forma.	453
17.5.1	Disposições gerais	453
17.6	Prazos	454
17.7	Princípios.	458
17.7.1	Princípios aplicáveis aos atos processuais em geral.	458
17.7.1.1	Princípio da liberdade das formas	458
17.7.1.2	Princípio da documentação	459
17.7.1.3	Princípio da publicidade	459
17.7.1.4	Princípio da celeridade	459
17.7.1.5	Princípio da efetividade	459
17.7.2	Princípios aplicáveis aos defeitos dos atos processuais	460
17.7.2.1	Da causalidade	460
17.7.2.2	Da instrumentalidade das formas	460
17.7.2.3	Do prejuízo	460
17.7.2.4	Do legítimo interesse	460

17.7.2.5	Da economia processual	461
17.7.2.6	Da preclusão	461
17.7.2.7	Disposições suplementares	461
17.8	Defeitos	462
17.8.1	Considerações iniciais	462
17.8.2	Modalidades de atos processuais defeituosos	463
17.8.2.1	Ato inexistente	463
17.8.2.2	Ato nulo	464
17.8.2.3	Anulabilidade	465
17.8.2.4	Irregularidade	466
17.8.2.5	Ineficácia	466
17.8.3	Regramento imposto ao tema pelo CPC/2015	467
17.9	Convenções processuais	468
17.9.1	Aproximação ao tema	468
17.9.2	As convenções no CPC/2015	472
17.10	Calendarização	480
17.11	Atos de distribuição e registro	481
17.12	Atos relativos ao valor da causa	483

===== **CAPÍTULO 18**

	Relação jurídica processual e pressupostos processuais	485
18.1	Características da relação jurídica processual	485
18.2	Objeto da relação jurídica processual	487
18.3	Pressupostos processuais	487

===== **CAPÍTULO 19**

	Objeto da cognição: questões prévias e mérito	499
19.1	Questões	499
19.1.1	Questões prévias	500
19.1.1.1	Questão prévia preliminar	500
19.1.1.2	Questão prévia prejudicial	501
19.1.2	Questão principal	503

===== **CAPÍTULO 20**

	Tutela provisória	507
20.1	Observações introdutórias	507
20.2	Regras gerais introduzidas pelo CPC/2015	507
20.3	Modalidades	509
20.3.1	Tutela de urgência	509
20.3.1.1	Disposições gerais	512
20.3.1.2	Limitações à concessão de tutela provisória	517

20.3.1.3	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.	522
20.3.1.4	Questões controvertidas sobre a tutela antecipada antecedente	525
20.3.1.5	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	535
20.3.2	Tutela da evidência	538

===== **CAPÍTULO 21**

Formação, suspensão e extinção do processo	543
21.1 Formação do processo	543
21.1.1 Noções gerais	543
21.2 Suspensão do processo	544
21.2.1 Noções gerais	544
21.2.2 Hipóteses de suspensão.	545
21.2.2.1 Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.	545
21.2.2.2 Convenção das partes	547
21.2.2.3 Arguição de impedimento ou de suspeição	548
21.2.2.4 Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas	548
21.2.2.5 Questão prejudicial.	548
21.2.2.6 Por motivo de força maior	551
21.2.2.7 Quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo	551
21.2.2.8 Nos demais casos que este Código regula.	552
21.2.2.9 Nas hipóteses introduzidas pela Lei n. 13.363/2016.	552
21.3 Extinção do processo	553
21.3.1 Noções gerais.	553
21.3.2 Modalidades de extinção do processo sem resolução do mérito	553
21.3.2.1 Indeferimento da petição inicial	554
21.3.2.2 Negligência das partes por mais de um ano	554
21.3.2.3 Omissão do autor por mais de trinta dias	555
21.3.2.4 Ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento regular do processo.	555
21.3.2.5 Perempção, litispendência e coisa julgada.	556
21.3.2.6 Falta das condições da ação	556
21.3.2.7 Convenção arbitral	556
21.3.2.8 Desistência da ação.	557
21.3.2.9 Intransmissibilidade da ação	557
21.3.2.10 Outros casos	557
21.3.3 Hipóteses de resolução do mérito	558

21.3.3.1	Acolhimento ou rejeição do pedido	558
21.3.3.2	Prescrição e decadência	558
21.3.3.3	Reconhecimento do pedido pelo réu	559
21.3.3.4	Transação	559
21.3.3.5	Renúncia ao direito	559

PARTE II – PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: PROCESSO DE CONHECIMENTO; PROCEDIMENTOS ESPECIAIS; PROCESSO DE EXECUÇÃO; PROCESSO NOS TRIBUNAIS E DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS . . . 561

SEÇÃO I – PROCESSO DE CONHECIMENTO

CAPÍTULO 1

Procedimentos	563
1.1 Procedimento comum e especial	563
1.2 O Procedimento Sumário e a Regra de Transição do art. 1.046, § 1º, do CPC/2015	565

CAPÍTULO 2

Petição inicial	573
2.1 Princípios da iniciativa das partes e da inércia	573
2.2 Petição inicial	574
2.3 Requisitos da petição inicial	574
2.4 Emenda à inicial	581
2.5 Causa de pedir	582
2.6 Pedido	584
2.7 Indeferimento da inicial	591
2.8 Improcedência liminar do pedido	595

CAPÍTULO 3

Audiência de conciliação ou de mediação	597
3.1 Considerações gerais	597
3.2 Exame do art. 334 do CPC	602
3.3 Possibilidade de realização de audiências não presenciais	608
3.4 Limites do acordo: os direitos indisponíveis não transacionáveis e o art. 3º, § 2º, da Lei de Mediação	609

CAPÍTULO 4

Respostas do réu e revelia	615
4.1 Introdução	615
4.2 Citação: Inovações introduzidas pela Lei n. 14.195 / 2021	615
4.2.1 Conceito	615

4.2.2	Litisconsórcio	620
4.2.3	Recebimento da inicial e determinação da intimação e citação do réu	620
4.2.4	Destinatários	621
4.2.5	Local	622
4.2.6	Impedimentos	622
4.2.7	Tempo da citação	623
4.2.8	Efeitos da citação	623
4.2.9	Modalidades	625
4.2.10	Citação: pressuposto processual ou condição de eficácia do processo em relação ao réu?	630
4.2.11	Sentença de mérito em processo sem a citação do réu	632
4.3	Espécies de defesa	632
4.3.1	●bjecção	635
4.4	Matérias de defesa – impedimento e suspeição	635
4.5	Contestação	638
4.5.1	Requisitos e forma	638
4.5.2	Prazo	639
4.5.3	Princípio da concentração ou eventualidade	640
4.5.4	●nus da impugnação especificada	644
4.6	Reconvenção	646
4.6.1	Cabimento	649
4.6.2	Ações dúplices	650
4.6.3	Forma	650
4.6.4	Prazo	651
4.6.5	Conexão	651
4.6.6	Ampliação subjetiva da demanda	652
4.7	Revelia	652

=====**CAPÍTULO 5**

	Providências preliminares e saneamento	657
5.1	Não incidência dos efeitos da revelia	657
5.2	Fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor	658
5.3	Alegações do réu	659

=====**CAPÍTULO 6**

	Julgamento conforme o estado do processo	661
6.1	Extinção do processo	661
6.2	Julgamento antecipado do mérito	662
6.3	Julgamento antecipado parcial do mérito	663
6.4	Saneamento e organização do processo	664

CAPÍTULO 7

Audiência de instrução e julgamento	669
---	-----

CAPÍTULO 8

Provas	673
8.1 Noções gerais	673
8.2 Objeto e incidência	675
8.3 Natureza das normas sobre provas	676
8.4 Destinatários da prova	677
8.5 Classificação	677
8.6 Meios de prova	678
8.7 Ônus da prova	679
8.8 Provas ilícitas	686
8.9 Prova emprestada	688
8.10 Prova indiciária	693
8.11 Fases do procedimento probatório	694
8.12 Poderes probatórios do juiz	695

CAPÍTULO 9

Provas em espécie	697
9.1 Produção antecipada de provas	697
9.2 Ata notarial	700
9.3 Depoimento pessoal	700
9.4 Confissão	703
9.5 Exibição de documento ou coisa	706
9.6 Prova documental	710
9.7 Documentos eletrônicos	712
9.8 Prova testemunhal	713
9.9 Prova pericial	717
9.10 Inspeção judicial	722

CAPÍTULO 10

Sentença e coisa julgada	725
10.1 Introdução	725
10.1.1 Conceito de sentença	725
10.1.2 Classificação das sentenças	727
10.2 Disposições gerais	730
10.2.1 Sentenças que não resolvem o mérito	731
10.2.2 Sentenças que resolvem o mérito	744
10.3 Elementos e efeitos da sentença	746
10.3.1 Elementos essenciais da sentença	746

10.3.2	Efeitos da sentença	751
10.3.3	Princípio da demanda e princípio da congruência	752
10.3.4	Interpretação da sentença	753
10.3.5	O art. 493 do CPC	754
10.3.6	Correção	756
10.4	Remessa necessária	757
10.5	Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa	760
10.5.1	Disposições gerais	760
10.5.2	O cabimento das medidas estruturantes em obrigações de fazer descumpridas	763
10.5.3	O art. 498: obrigação de entregar coisa	769
10.5.4	O art. 501: declaração de vontade	769
10.6	Coisa julgada	771
10.6.1	Coisa julgada material e formal	771
10.6.2	Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada	773
10.6.3	Fundamentos da coisa julgada	777
10.6.4	Preclusão	782
10.6.5	Regime especial da coisa julgada na ação civil pública	783

===== **CAPÍTULO 11**

Liquidação de sentença	789
11.1 Aspectos gerais	789
11.2 Conceito de sentença e sua liquidação	792
11.3 Legitimidade para a liquidação de sentença	794
11.4 Modalidades de liquidação de sentença	794
11.4.1 Liquidação por arbitramento	795
11.4.2 Liquidação pelo procedimento comum	796
11.5 Liquidação de sentença penal condenatória e no processo coletivo	796

===== **CAPÍTULO 12**

Cumprimento de sentença	799
12.1 Disposições gerais	799
12.2 Características	801
12.3 Princípios	802
12.4 Pressupostos	803
12.5 Atributos da obrigação a ser executada	804
12.6 Títulos executivos judiciais	805
12.6.1 Introdução e conceito dos títulos executivos	805
12.6.2 Classificação dos títulos executivos	805
12.6.3 Títulos executivos judiciais	806

12.6.4	O protesto da decisão judicial e demais disposições	810
12.7	Jurisdição e competência no cumprimento de sentença	813
12.7.1	Limites e controle da jurisdição	813
12.7.2	Competência	814
12.7.3	A competência dos tribunais nas causas de competência originária . . .	814
12.7.4	Competência funcional	814
12.7.5	Competência para execução da sentença penal condenatória, da sentença arbitral, da sentença estrangeira e da decisão interlocutória estrangeira	815
12.8	Execução provisória e definitiva	817
12.9	Das espécies de cumprimento de sentença	819
12.9.1	Do cumprimento provisório da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	819
12.9.2	Do cumprimento definitivo da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	820
12.9.2.1	Penhora e avaliação	824
12.9.2.2	Impugnação ao cumprimento de sentença	826
12.9.2.3	Excesso de execução (art. 525, § 1º, V)	830
12.9.3	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos	830
12.9.4	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	835
12.9.5	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer e de não fazer	839
12.9.5.1	Meios executivos	842
12.9.5.2	Astreintes	843
12.9.6	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	848
12.10	Regime especial do cumprimento de sentença na ação civil pública	849

SEÇÃO II – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

CAPÍTULO 1

	Procedimentos de jurisdição contenciosa	853
1.1	Disposições gerais	853
1.2	Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária . .	857

CAPÍTULO 2

	Ação de consignação em pagamento	861
2.1	Noções gerais	861
2.2	Natureza do instituto da consignação	862
2.3	Natureza processual da ação de consignação	862

2.4	Prestações passíveis de consignação	863
2.5	Cabimento da consignação	863
2.6	Pressupostos para o pagamento em consignação	864
2.7	Liquidez da prestação devida	865
2.8	Consignação principal e incidental	866
2.9	Consignação em pagamento de título cambiário e cambiariforme	866
2.10	Competência	867
2.11	Legitimação <i>ad causam</i>	868
2.11.1	Legitimidade ativa	868
2.11.2	Legitimidade passiva	869
2.12	Prestações sucessivas	869
2.13	Causa de pedir	871
2.14	Pedido	872
2.15	Efeitos da consignação	873
2.16	Procedimento da consignação em pagamento	873
2.16.1	Procedimento extrajudicial	873
2.16.2	Procedimento judicial em caso de mora do credor	877
2.16.2.1	Petição inicial	877
2.16.2.2	Valor da causa	877
2.16.2.3	Depósito	878
2.16.2.4	Obrigação alternativa	879
2.16.2.5	Citação	879
2.16.2.6	Resposta do demandado	879
2.16.2.7	Complementação do depósito	881
2.16.2.8	Sentença	883
2.16.3	Procedimento judicial com risco de pagamento ineficaz	883
2.17	Resgate da enfiteuse	887
2.18	Consignação de aluguéis e acessórios na loca�o	887

===== CAPÍTULO 3

Ação de exigir contas	889
3.1 Noções gerais	889
3.2 Natureza jurídica	890
3.3 Cabimento	891
3.4 Legitimação e interesse	891
3.5 Organização e prova das contas	893
3.6 A prestação de contas ativa	894
3.6.1 Sucumbência	896

===== CAPÍTULO 4

Ações possessórias	897
4.1 Noções gerais	897

4.2	Procedimento especial	898
4.3	O procedimento comum e o procedimento sumaríssimo do Juizado Especial.	904
4.4	A liminar e sua natureza jurídica	905
4.5	A ação de natureza dúplice.	906
4.6	Fungibilidade dos procedimentos	907
4.7	Espécies de proteção possessória	909
4.8	A natureza das ações possessórias: real ou pessoal?	910
4.9	Incidentes nas ações possessórias.	911
4.9.1	Embargos de terceiro	911
4.9.2	Embargos de retenção.	911
4.9.3	Nomeação à autoria e denunciação da lide	912
4.10	Procedimento de manutenção, da reintegração da posse e do interdito proibitório – peculiaridades dos procedimentos.	912
4.10.1	Ação de manutenção de posse	912
4.10.2	Ação de reintegração de posse	914
4.10.3	Interdito proibitório	916
4.11	A sentença nas ações de manutenção de posse, de reintegração de posse e no interdito proibitório	918
4.12	A fase de execução do julgado	918

=====**CAPÍTULO 5**

	Ação de demarcação e ação de divisão de terras particulares.	919
5.1	Noções gerais	919
5.2	Legitimidade	920
5.3	Natureza dúplice das ações divisória e demarcatória.	922
5.4	Foro competente.	922
5.5	Procedimento	922
5.5.1	Disposições gerais	922
5.5.2	Ação de demarcação	923
5.5.3	Ação de divisão	926

=====**CAPÍTULO 6**

	Ação de dissolução parcial de sociedade.	929
6.1	Considerações	929
6.2	A dissolução das sociedades	929
6.3	Cabimento da dissolução parcial de sociedades	930
6.4	Legitimidade para agir	931
6.5	Procedimento de dissolução.	931

=====**CAPÍTULO 7**

	Ação de inventário e partilha	935
7.1	Noções gerais	935

7.2	Inventário negativo	937
7.3	Competência	938
7.4	Universalidade de foro da sucessão	938
7.5	Questões de “alta indagação”	939
7.6	Administrador provisório e inventariante	940
7.7	Legitimidade	943
7.8	Cumulação de ações no inventário	943
7.9	Procedimento do inventário.	944
	7.9.1 Petição inicial	944
	7.9.2 Primeiras declarações	945
	7.9.3 Citações e interveniências	946
	7.9.4 Avaliação judicial	947
	7.9.5 Últimas declarações.	947
	7.9.6 Cálculo do imposto	948
	7.9.7 Colações.	948
	7.9.8 Sonegação	949
	7.9.9 Pagamento das dívidas	949
7.10	A partilha	950
	7.10.1 Conceito e espécies	950
	7.10.2 Partilha judicial. Petição de quinhão. Deliberação. Princípios	951
	7.10.3 Esboço e lançamento da partilha	952
	7.10.4 Sentença da partilha	954
	7.10.5 Pacto de não partilhar	955
	7.10.6 A emenda ou retificação da partilha.	956
	7.10.7 A partilha e as ações de investigação de paternidade, de petição de herança e de nulidade de testamento.	956
	7.10.8 Invalidação da partilha	957
	7.10.9 Partilha amigável e partilha judicial	958
	7.10.10 Ação rescisória de partilha	960
7.11	O arrolamento.	961
	7.11.1 Procedimento do arrolamento sumário	962
	7.11.2 Procedimento do arrolamento comum	963
7.12	Das disposições comuns	964
	7.12.1 Medidas cautelares (art. 668).	964
	7.12.2 Sobrepartilha (art. 669)	965
	7.12.3 Curatela especial ao herdeiro (art. 671)	965
	7.12.4 Inventários acumulados (arts. 672 e 673)	966
	7.12.5 Honorários de advogado.	966
	7.12.6 Extinção do processo por paralisação da causa	967
	7.12.7 Assistência judiciária	967
	7.12.8 Terceiros prejudicados (art. 674).	967

**=====
CAPÍTULO 8**

Embargos de terceiro	969
8.1 Noções gerais	969
8.2 Natureza jurídica.	969
8.3 Cabimento e conteúdo	971
8.4 Legitimidade	971
8.5 Prazo	975
8.6 Competência	976
8.7 Procedimento	977

**=====
CAPÍTULO 9**

Oposição.	981
9.1 Noções gerais	981
9.2 Natureza jurídica.	981
9.3 Cabimento.	982
9.4 Legitimidade	982
9.5 Competência	983
9.6 Procedimento	983

**=====
CAPÍTULO 10**

Habilitação.	985
10.1 Noções gerais	985
10.2 Natureza jurídica.	986
10.3 Cabimento.	986
10.4 Legitimidade	986
10.5 Competência	987
10.6 Procedimento	987

**=====
CAPÍTULO 11**

Ações de família	989
11.1 Noções gerais	989
11.2 Cabimento e Legitimidade	990
11.3 Competência	990
11.4 Procedimento	990

**=====
CAPÍTULO 12**

Ação monitória	993
12.1 Noções gerais	993
12.2 Características	994
12.3 Natureza jurídica.	994
12.4 Objeto e alcance da ação monitória.	995
12.5 Requisito específico da ação monitória	996

12.5.1 Prova escrita	996
12.6 Legitimidade para a ação monitória	998
12.7 Juízo sumário	999
12.8 Competência no processo monitório	999
12.9 Petição inicial. Mandado de pagamento ou de entrega	1000
12.10 Natureza do mandado liminar. Extensão de sua eficácia	1001
12.11 Formação do título executivo.	1004
12.12 Ônus da prova no processo monitório	1004
12.13 Procedimento	1005
12.14 Embargos monitórios	1007
12.15 Reconvenção	1010
12.16 Assistência e litisconsórcio	1011
12.17 Revelia no processo monitório.	1012
12.18 Natureza dos embargos	1012
12.19 Tutela provisória	1013
12.20 Cabimento de audiência de conciliação	1013
12.21 Litispendência. Coisa julgada. Questões processuais e de mérito	1013
12.22 Honorários advocatícios. Despesas processuais. Isenção	1015
12.23 Ação monitória contra a Administração Pública	1015

=====**CAPÍTULO 13**

Homologação de penhor legal	1017
13.1 Conceituação de penhor.	1017
13.2 Penhor legal no CPC.	1017

=====**CAPÍTULO 14**

Regulação de avaria grossa	1021
14.1 Noções gerais	1021
14.2 Cabimento, legitimidade e conteúdo	1022
14.3 Competência	1023
14.4 Procedimento	1023

=====**CAPÍTULO 15**

Restauração de autos	1025
15.1 Noções gerais	1025
15.2 Natureza jurídica e cabimento	1025
15.3 Legitimidade	1026
15.4 Competência	1026
15.5 Procedimento	1027
15.6 Sentença.	1028
15.7 Restauração dos autos no tribunal	1028
15.8 Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos	1029

**=====
=====
=====** **CAPÍTULO 16**

Disposições gerais de procedimentos especiais de jurisdição voluntária	1031
16.1 Características da jurisdição voluntária	1031
16.2 Procedimento	1033
16.3 A jurisdição voluntária no CPC	1035

**=====
=====
=====** **CAPÍTULO 17**

Das notificações e das interpelações	1037
17.1 Noções gerais	1037
17.2 Procedimento	1037

**=====
=====
=====** **CAPÍTULO 18**

Alienação judicial	1039
18.1 Noções gerais	1039
18.2 Procedimento	1040

**=====
=====
=====** **CAPÍTULO 19**

Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio	1043
19.1 Noções gerais	1043
19.2 Legitimidade e competência	1045
19.3 Procedimento	1045
19.4 Sentença	1046
19.5 Revisão e rescisão do acordo de separação	1047

**=====
=====
=====** **CAPÍTULO 20**

Testamentos e codicilos	1049
20.1 Noções gerais	1049
20.2 Competência	1050
20.3 Procedimento	1050
20.4 Sentença	1051

**=====
=====
=====** **CAPÍTULO 21**

Herança jacente	1053
21.1 Noções gerais	1053
21.2 Competência	1054
21.3 Legitimidade	1054
21.4 Procedimento	1054
21.5 Administração da herança	1056
21.6 Declaração de vacância	1056

**=====
=====
=====** **CAPÍTULO 22**

Bens do ausente	1059
22.1 Noções gerais	1059

22.2	Competência	1060
22.3	Procedimento	1060

=====**CAPÍTULO 23**

Coisas vagas	1063	
23.1	Noções gerais	1063
23.2	Legitimidade e competência	1064
23.3	Procedimento	1064

=====**CAPÍTULO 24**

Interdição	1067	
24.1	Noções gerais	1067
24.2	Legitimidade	1068
24.3	Competência	1068
24.4	Procedimento	1068
24.5	Sentença	1070
24.6	Levantamento da interdição	1070
24.7	O curador	1071
24.8	Disposições comuns à tutela e à curatela	1071
24.9	A nova sistemática trazida pela lei de inclusão da pessoa com deficiência (Lei n. 13.146/2015)	1073

=====**CAPÍTULO 25**

Organização e fiscalização das fundações	1079	
25.1	Noções gerais	1079
25.2	Procedimento	1079
25.3	Extinção das fundações	1080

=====**CAPÍTULO 26**

Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo	1081	
26.1	Noções gerais	1081
26.2	Competência	1081
26.3	Legitimidade	1081
26.4	Procedimento	1081

=====**SEÇÃO III – PROCESSO DE EXECUÇÃO**

=====**CAPÍTULO 1**

Teoria geral da execução	1083	
1.1	Breve histórico do novo Processo Civil	1083
1.2	Disposições gerais	1084

1.3	Características da execução	1086
1.4	Aplicação subsidiária das normas cognitivas à execução	1087
1.5	Princípios da execução	1087
1.5.1	Princípio da cartularidade	1088
1.5.2	Princípio da efetividade da execução	1089
1.5.3	Princípio do menor sacrifício possível para o executado	1089
1.5.4	Princípio do contraditório	1090
1.5.5	Princípio do desfecho único	1090
1.6	Das partes no processo de execução	1091
1.6.1	Noções gerais	1091
1.6.2	Legitimação	1091
1.6.2.1	Legitimados ativos	1091
1.6.2.2	Legitimados passivos	1093
1.6.3	Incidentes	1095
1.6.4	Litisconsórcio	1097
1.6.5	Intervenção de terceiros	1098
1.6.6	Cumulação de execuções	1099
1.7	Jurisdição e competência na relação processual executiva	1100
1.7.1	Limites e controle da jurisdição no processo executivo	1100
1.7.2	Competência	1101
1.7.3	Competência na execução de título extrajudicial	1101
1.7.3.1	Foro competente para a ação do cheque	1102
1.7.3.2	Foro competente para a duplicata	1102
1.7.3.3	Foro competente para a nota promissória	1102
1.7.3.4	Foro competente para a execução de hipoteca e de aluguéis	1102
1.7.4	Competência na execução fiscal	1103
1.7.5	Competência nos processos incidentais	1104
1.7.6	Competência na insolvência civil	1104
1.8	Requisitos da execução	1105
1.8.1	Noções gerais	1105
1.8.2	Inadimplemento do devedor	1105
1.8.2.1	<i>Exception non rite adimpleti contractus</i>	1106
1.8.2.2	<i>Exception non adimpleti contractus</i>	1107
1.8.3	Título executivo	1107
1.8.3.1	Conceito	1108
1.8.3.2	Natureza jurídica	1108
1.8.3.3	Classificação	1109
1.8.4	Modalidades de títulos executivos extrajudiciais	1109
1.8.4.1	Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque	1109
1.8.4.2	Instrumento público ou privado de confissão de dívida	1110

1.8.4.3	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução	1110
1.8.4.4	O contrato de seguro de vida em caso de morte	1110
1.8.4.5	Crédito decorrente de foro ou laudêmio	1111
1.8.4.6	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio	1111
1.8.4.7	Certidão da Dívida Ativa da Fazenda Pública	1111
1.8.4.8	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral	1112
1.8.4.9	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas	1112
1.8.4.10	Outros títulos extrajudiciais	1112
1.8.5	Da exigibilidade da obrigação	1113
1.8.5.1	Certeza	1114
1.8.5.2	Liquidez	1114
1.8.5.3	Exigibilidade	1115
1.9	Da responsabilidade patrimonial	1115
1.9.1	Noções gerais	1115
1.9.2	Bens do devedor	1116
1.9.3	Fraude à execução e fraude contra credores	1121
1.9.4	Alienação de bem penhorado	1125
1.9.5	Registro do arresto ou da penhora e sua finalidade	1127

=====**CAPÍTULO 2**

	Das diversas espécies de execução	1129
2.1	Disposições gerais	1129
2.2	Procedimentos executivos existentes	1133
2.3	Execução provisória e definitiva	1134
2.4	Meios de execução	1135
2.4.1	Sub-rogação (execução direta)	1136
2.4.2	Coerção ou coação (execução indireta)	1136

=====**CAPÍTULO 3**

	Execução para a entrega de coisa	1137
3.1	Execução para entrega de coisa certa	1137
3.2	Execução para entrega de coisa incerta	1139

=====**CAPÍTULO 4**

	Execução das obrigações de fazer e de não fazer	1141
4.1	Disposições comuns	1141

4.1.1	Meios executivos	1142
4.1.2	Astreintes	1142
4.2	Execução das obrigações de fazer	1145
4.2.1	Processo de execução	1145
4.2.2	Da conversão em perdas e danos	1147
4.2.3	Prática do fato por terceiro	1147
4.2.4	Execução da obrigação pelo credor	1148
4.2.5	Cumprimento da obrigação	1149
4.3	Execução das obrigações de não fazer	1149

=====**CAPÍTULO 5**

	Execução por quantia certa	1153
5.1	Execução por quantia certa contra devedor insolvente	1153
5.2	Execução por quantia certa contra devedor solvente	1156
5.2.1	Disposições gerais	1156
5.2.2	Citação do devedor e arresto	1157
5.2.3	Penhora, depósito e avaliação	1161
5.2.3.1	Objeto da penhora	1161
5.2.3.2	Documentação da penhora, seu registro e depósito	1169
5.2.3.3	Lugar da realização da penhora	1170
5.2.3.4	Modificações da penhora	1171
5.2.3.5	Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira	1173
5.2.3.6	Penhora de créditos	1175
5.2.3.7	Penhora de quotas ou de ações de sociedades personificadas	1177
5.2.3.8	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	1178
5.2.3.9	Penhora de percentual de faturamento da empresa	1179
5.2.3.10	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	1180
5.2.3.11	Avaliação	1180
5.2.4	Expropriação de bens	1187
5.2.5	Satisfação do crédito	1199

=====**CAPÍTULO 6**

	Execução contra a Fazenda Pública	1203
--	-----------------------------------	------

=====**CAPÍTULO 7**

	Execução de alimentos	1209
--	-----------------------	------

=====**CAPÍTULO 8**

	Execução fiscal	1213
8.1	Introdução	1213
8.2	Procedimento	1214

=====**CAPÍTULO 9**

Defesa do executado: embargos, objeção de pré-executividade e ação autônoma	1219
9.1 Noções gerais	1219
9.2 Procedimento	1220
9.3 Da defesa do executado contra arrematação, adjudicação e alienação	1224
9.4 Exceção de pré-executividade	1225
9.4.1 Procedimento	1227

=====**CAPÍTULO 10**

Suspensão e extinção do processo de execução	1231
10.1 Suspensão do processo de execução	1231
10.2 Extinção do processo de execução	1233

=====**SEÇÃO IV – DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**

=====**CAPÍTULO 1**

Da ordem dos processos no Tribunal	1237
1.1 Noções preliminares	1237
1.1.1 A geografia da matéria no CPC/2015	1237
1.1.2 Escorço histórico	1237
1.2 Mecanismos de uniformização	1240
1.2.1 Precedentes	1240
1.2.2 Modulação temporal	1248
1.3 Procedimento recursal	1258
1.4 O relator e seus poderes	1268
1.5 Correição parcial	1271
1.6 As súmulas no direito brasileiro: evolução e situação atual	1273

=====**CAPÍTULO 2**

Processos, incidentes e ações	1281
2.1 Noções preliminares	1281
2.2 Assunção de competência	1282
2.2.1 Procedimento	1285
2.3 Arguição de inconstitucionalidade	1287
2.3.1 Iniciativa e momento da arguição da inconstitucionalidade	1288
2.3.2 Órgão perante o qual se argui	1289
2.3.3 Procedimento	1289
2.4 Conflito de competência	1292
2.5 Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória	1294
2.5.1 Competência para a homologação	1295

MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL CONTEMPORÂNEO

2.5.2	Decisões sujeitas à homologação	1295
2.5.3	Decisões arbitrais	1296
2.5.4	Requisitos	1298
2.5.5	A homologação da decisão	1298
2.5.6	Procedimento	1299
2.5.7	Homologação de decisão e lide nacional	1303
2.5.8	Execução da sentença homologada	1304
2.6	Ação rescisória	1304
2.6.1	Decisões de mérito e cabimento da ação rescisória	1307
2.6.2	Impugnação de descumprimento de súmula vinculante	1309
2.6.3	Legitimidade para a ação rescisória e intervenção de terceiros	1309
2.6.4	Depósito de 5% do valor da causa	1310
2.6.5	Competência	1311
2.6.6	Prazo para propor a ação	1312
2.6.7	Pressupostos da rescisão	1314
2.6.8	Tutela provisória na ação rescisória	1320
2.6.9	Procedimento	1321
2.6.10	Execução da sentença rescindenda	1325
2.7	Ação anulatória	1325
2.8	O incidente de resolução de demandas repetitivas	1328
2.8.1	Natureza do incidente	1328
2.8.2	Influência do direito estrangeiro	1329
2.8.3	Cabimento	1330
2.8.4	Regras gerais	1331
2.8.5	Procedimento	1336
2.9	Reclamação	1342
2.9.1	Procedimento	1346

=====**CAPÍTULO 3**

	Teoria geral dos recursos	1351
3.1	Noções preliminares	1351
3.2	Natureza jurídica dos recursos	1353
3.3	Duplo grau de jurisdição	1354
3.4	Atos sujeitos a recurso	1354
3.5	Prazo para interposição do recurso	1355
3.6	Legitimidade e interesse para recorrer	1360
3.7	Princípios relativos aos recursos	1362
3.8	Classificação dos recursos	1365
3.9	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	1368
3.10	Efeitos dos recursos	1373
3.11	Modulação dos efeitos temporais da decisão nos recursos	1377

3.12	Desistência do recurso	1378
3.13	Renúncia ao direito de recorrer	1380
3.14	Aquiescência	1381

=====**CAPÍTULO 4**

	Recursos em espécie	1383
4.1	Apelação	1383
4.1.1	Cabimento do recurso	1383
4.1.2	Prazo para interposição	1385
4.1.3	Efeitos da apelação	1386
4.1.4	Recebimento da apelação	1391
4.2	Agravo	1392
4.2.1	Prazo para interposição	1393
4.2.2	Efeitos do agravo	1393
4.2.3	Agravo de instrumento	1394
4.2.4	Agravo interno	1403
4.3	Embargos de declaração	1404
4.3.1	Prazo para interposição	1408
4.3.2	Efeitos dos embargos de declaração	1408
4.3.3	Procedimento	1411

=====**CAPÍTULO 5**

	Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça ..	1413
5.1	Recurso ordinário constitucional	1413
5.1.1	Natureza e definição	1413
5.1.2	Competência	1414
5.1.3	Requisitos de admissibilidade e procedimento	1415
5.2	Recurso especial e recurso extraordinário	1417
5.2.1	Histórico	1417
5.2.2	Recurso especial	1420
5.2.3	Recurso extraordinário	1424
5.2.3.1	A repercussão geral do recurso extraordinário	1432
5.2.4	Efeitos do recurso especial e extraordinário	1442
5.2.5	Interposição dos recursos especial e extraordinário	1444
5.2.6	Ordem do julgamento dos recursos especial e extraordinário	1446
5.3	O julgamento na hipótese dos recursos repetitivos	1446
5.3.1	Visão geral do procedimento	1446
5.3.2	O papel do relator	1452
5.3.3	O art. 256 do Regimento Interno do STJ	1457
5.3.4	A possibilidade de consenso nos julgamentos repetitivos	1460

5.4	Agravo em recurso especial e extraordinário	1466
5.5	Embargos de divergência	1468

===== SEÇÃO V – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

===== CAPÍTULO 1

	Das disposições finais e transitórias do CPC	1473
1.1	Disposições de direito transitório e parâmetros para a aplicação das normas do CPC/2015	1473
1.2	Disposições relativas a usucapião administrativa	1485
	<i>Referências</i>	1491